

JUROS



Teodorico Ferraz



Oswaldo Collin



Roberto Bornhausen

Banco do Brasil não pode ajudar as empresas

Os Cr\$ 35 bilhões que tinha para desconto de duplicatas serão gastos até amanhã. E as empresas ficarão como antes: sem capital de giro.

O Banco do Brasil não dispõe de margem adicional em seu orçamento para ampliar os empréstimos de capital de giro às empresas, compensando a alegada falta de recursos dos bancos comerciais, em razão do tabelamento dos juros. Essa informação foi dada ontem pelo próprio presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Collin, para quem a instituição só reaplicará o retorno dos Cr\$ 35 bilhões aprovados na semana passada.

Somente nos dois primeiros dias — quinta e sexta-feira última —, o Banco do Brasil liberou Cr\$ 25 bilhões. Collin reconheceu que, hoje ou amanhã, o banco deverá desembolsar os restantes Cr\$ 10 bilhões e voltar à situação de restrições aos empréstimos de capital de giro às empresas comerciais e industriais.

Ao contrário do anunciado ao final da última reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), o presidente do Banco do Brasil revelou ontem que a revisão do orçamento monetário deste ano ainda não foi aprovada. Assim, não está em vigor a nova meta de expansão de 90% para a base monetária — emissão primária de moeda.

O Banco Central, por sua vez, enviou ontem telex à Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) dando "flexibilidade" na interpretação da Resolução 844, do tabelamento dos juros, para que os bancos possam trabalhar, nas operações com prazo inferior a 180 dias, também com a cobrança de juros de 20% — grandes bancos — ou de 24% ao ano — pequenos e médios — como alternativa às taxas pré-fixadas de 5 a 6% ao mês.

O telex apenas refletiu a concordância do Banco Central com a interpretação da Febraban, apresentada pelo presidente da entidade, Roberto Konder Bornhausen, na terça-feira, ao presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, de que os bancos não estavam obrigados pela Resolução 844 a cobrar apenas os juros de 5 a 6% ao mês nas operações com prazo inferior a 180 dias — basicamente, desconto de duplicatas mercantis e promissórias e cobertura de saldos devedores de cheques especiais.

Embora os bancos só devam operar com a alternativa de juros de 20 a 24% acima da correção monetária plena, o Banco Central esclareceu que permanece em vigor, como outra opção, os juros pré-fixados de 5 a 6% ao mês.

Críticas

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Comerciais Industriais (Abece), Carlos Casagrande Sehbe, disse ontem que o tabelamento dos juros só serviu para acabar com a oferta de crédito.

Para recuperar a credibilidade, Sehbe sugeriu ao governo, após encontro com o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, a ampliação do diálogo no mais alto nível. Com credibilidade e criatividade, afirmou, seria mais fácil reverter a tendência de crescimento do déficit público, fator fundamental para a redução dos juros.

— Não se reduz os juros do mercado por decreto. Por isso, sou contra o tabelamento — reiterou o empresário do setor têxtil. Sehbe manifestou a surpresa com "a interpretação nova" do tabelamento, anunciada na véspera pelo presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Roberto Konder Bornhausen, mas confirmou a reativação parcial do crédito após a decisão do Banco Central de permitir que os bancos cobrem juros de 20% ao ano e mais correção monetária nas operações com prazo inferior a 180 dias, contra as taxas pré-fixadas de 5% ao mês, estabelecidas na Resolução 844.

O empresário Abram Szajman, presidente em exercício da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, afirmou ontem que o Banco Central deve esclarecer, com urgência, qual a sistemática que orientará os financiamentos regidos pela Resolução 844 pois, "seja qual for o custo destes empréstimos, as empresas precisam conhecê-lo para poderem realizar sua programação financeira".

De acordo com o empresário, "a única certeza que se tem, no momento, é a de que o custo do dinheiro, que seria repassado pelo sistema financeiro a taxas de 5% e 6% ao mês, simplesmente será multiplicado por dois, o que põe por terra o limite estabelecido deixando, mais uma vez, grande margem de manobra ao sistema bancário".

"Batota"

Em breves palavras ontem proferidas na Câmara, o líder do "Grupo Participacionista" do PDS, deputado Theodorico Ferraz (ES) disse que a Nação se sentira aliviada com a anunciada limitação das taxas de juros a 5% ou 6%, mas que, "para surpresa nossa, o Banco Central mudou tudo". E acrescentou: "Queremos protestar e aconselhar a área econômica do governo a ter mais piedade, mais juízo com os problemas desta Nação".

No Senado, ao intervir ontem num discurso de críticas do senador Itamar Franco, condenando a revogação do tabelamento dos juros, o senador Saldanha Derzi (PMDB-MS) — ex-sócio do Banco Financial, incorporado recentemente pelo Bamerindus — advertiu que o Brasil "está virando uma república da batota, do jogo e da agiotagem, mas os banqueiros devem lembrar-se que serão os primeiros a irem para o paredão, já que o secretário de Segurança de São Paulo denuncia a iminência de uma convulsão social".